

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)  
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas  
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | socs@uft.edu.br



**RESOLUÇÃO Nº 09, DE 14 DE MARÇO DE 2018**

*(Revogada pela Resolução Consepe nº 84/2023, de 04.07.2023)*

~~Dispõe sobre o Regimento dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.~~

~~O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunido em sessão ordinária no dia 14 de março de 2018,~~

**RESOLVE:**

~~**Art. 1º** Aprovar o Regimento dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo desta Resolução.~~

~~**Art. 2º** Ficam revogadas as Resoluções do Consepe nº 19/2013 e 13/2017 e demais disposições em contrário.~~

~~**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

LUÍS EDUARDO BOVOLATO  
Reitor

*eps.*

*(Revogada pela Resolução Consepe nº 84/2023, de 04.07.2023)*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

## **~~REGIMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS~~**

~~Anexo Único da Resolução nº 09/2018 — Consepe  
Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 14 de março de 2018.~~

~~Alterada pela Resolução Consepe nº 17/2019, de 27/03/2019.  
Alterada *ad referendum* do Consepe pela Resolução Consepe nº 03/2020, de  
25/03/2020.~~

2018

(Revogada pela Resolução Consepe nº 84/2023, de 04.07.2023)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 09/2018 – CONSEPE

**REGIMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO  
ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**TÍTULO I  
DOS OBJETIVOS**

~~Art. 1º Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* oferecidos pela Universidade Federal de Tocantins têm a finalidade de proporcionar aos estudantes formação científica e cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e inovação, nos diferentes ramos do saber.~~

**TÍTULO II  
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

~~Art. 2º Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* compreenderão dois níveis de formação, Mestrado e Doutorado, que conferirão os títulos de *Mestre* e *Doutor*, respectivamente.~~

**CAPÍTULO I  
DA ORGANIZAÇÃO GERAL**

~~Art. 3º O Mestrado e o Doutorado terão duração mínima de 1 (um) e 2 (dois) anos e máxima de 02 (dois) e 04 (quatro) anos, respectivamente, contados a partir da data da matrícula.~~

~~§ 1º. Serão computados, para cálculo da duração máxima, os períodos em que o estudante, por qualquer razão, afastar-se da Universidade, salvo os casos motivados por problemas de saúde, nos termos da legislação vigente.~~

~~§ 2º. Excepcionalmente, por recomendação do orientador e com a aprovação da Comissão Coordenadora e/ou Colegiado do Programa, poderá ser concedida a extensão do prazo, observados os seguintes requisitos:~~

~~I – se solicitada por estudante que tenha completado todos os requisitos do Programa, exceto a apresentação ou defesa da dissertação ou da tese;~~

~~II — se o pedido formulado pelo estudante, devidamente justificado, estiver acompanhado dos seguintes comprovantes:~~

- ~~a) documento de aprovação do projeto de pesquisa pelos órgãos competentes;~~
- ~~b) documento de recomendação do orientador, no qual deverá ser registrado o estágio de desenvolvimento da pesquisa e notado empenho do estudante em completar o trabalho no prazo previsto no pedido de extensão; e~~
- ~~c) documento de aprovação da Coordenadora e/ou Colegiado do Programa de Pós-Graduação;~~

~~III — a concessão e a atribuição do prazo máximo de prorrogação são de competência dos Programas de Pós-Graduação através de seus Regimentos Internos.~~

~~Art. 4º Para a obtenção do título e a expedição do diploma de mestre e de doutor, o estudante deverá atender às exigências estabelecidas no regimento interno do Programa de Pós-Graduação no qual se encontra vinculado.~~

~~Art. 5º A execução de cada Programa ficará a cargo de um colegiado formado por docentes permanentes e colaboradores do Programa, pertencentes ou não ao quadro de professores da Universidade Federal do Tocantins.~~

## **~~CAPÍTULO II~~**

### **~~DA CÂMARA TÉCNICA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*~~**

~~Art. 6º A Câmara Técnica de Pós-Graduação *Stricto Sensu* caberá à coordenação didática geral dos Programas de Pós-Graduação.~~

~~Art. 7º A Câmara Técnica de Pós-Graduação será constituída:~~

- ~~I — pelos Coordenadores de Programas *Stricto Sensu*;~~
- ~~II — pelo Pró-Reitor de Pesquisa e de Pós-Graduação;~~
- ~~III — pelo Diretor de Pós-Graduação da PROPESQ;~~
- ~~IV — por dois membros do CONSEPE designados como conselheiros deste conselho;~~
- ~~V — por 1 (um) representante dos estudantes de pós-graduação, com seu respectivo suplente, eleitos por seus pares para mandato de 1 (um) ano.~~

~~Art. 8º O presidente da Câmara Técnica de Pós-Graduação será o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, podendo este cargo ser exercido pelo Diretor de Pós-Graduação da PROPESQ, mediante nomeação do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.~~

~~Art. 9º Constituem atribuições da Câmara Técnica de Pós-Graduação:~~

- ~~I — elaborar o Regimento de Pós-Graduação, para aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como editar instruções complementares;~~

~~II — propor os requisitos mínimos dos Programas de Pós-Graduação, atendidas as normas gerais estabelecidas pela legislação vigente;~~

~~III — promover o desenvolvimento das atividades de pós-graduação da Universidade;~~

~~IV — propor e discutir ajustes, acordos ou convênios, acadêmicos ou financeiros, para suporte, cooperação ou desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação nacionais e internacionais;~~

~~V — avaliar o funcionamento e o desempenho dos Programas de Pós-Graduação;~~

~~VI — atuar como órgão informativo e consultivo do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em matéria de pós-graduação; e~~

~~VII — discutir áreas estratégicas para a criação de novos programas de Pós-Graduação.~~

### **~~CAPÍTULO III~~**

#### **~~DA CRIAÇÃO DOS PROGRAMAS~~**

~~**Art. 10.** Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* serão propostos por um ou vários Colegiados de Curso. As propostas deverão ser encaminhadas à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação nos formulários disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme o Aplicativo para Propostas de cursos Novos (APCN) vigente no ano em que a proposta for encaminhada. Deverão constar do respectivo projeto, obrigatoriamente:~~

~~I — os objetivos, a organização e o regime de funcionamento do Programa;~~

~~II — as disciplinas requeridas, discriminadas em obrigatórias e eletivas e a área de concentração a que pertencem;~~

~~III — a relação completa dos professores que irão atuar como orientadores e dos que lecionarão disciplinas no Programa, acompanhada da indicação, para cada um, do regime de trabalho ao qual ficará sujeito;~~

~~IV — as informações quanto às instalações, aos equipamentos e aos recursos bibliográficos necessários ao efetivo funcionamento do Programa;~~

~~V — o número inicial de vagas e critérios para o seu preenchimento;~~

~~VI — a data prevista de início do Programa e níveis a serem ministrados; e~~

~~VII — a anuência da Direção de *Campus*.~~

### **~~CAPÍTULO IV~~**

#### **~~DA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS~~**

~~**Art. 11.** A coordenação de cada Programa de Pós-Graduação será exercida por uma Comissão Coordenadora nomeada por portaria, constituída por:~~

~~I — 1 (um) coordenador, como seu presidente, eleito pelo Colegiado do Programa e nomeado pelo Reitor;~~

(Revogada pela Resolução Consepe nº 84/2023, de 04.07.2023)

~~II— 3 (três) professores, eleitos por seus pares;~~

~~III— 1 (um) representante dos estudantes do Programa, eleito por seus pares, com o respectivo suplente;~~

~~§1º. A critério e atendendo as especificidades do Regimento Interno dos Programas de Pós Graduação a Comissão Coordenadora poderá ser composta somente por Coordenador e Vice Coordenador.~~

~~§2º. Para cumprimento do disposto nos incisos I e II deste artigo, são considerados como pares os professores que compõem o grupo de docentes permanentes do Programa, e, no inciso III, todos os estudantes matriculados no Programa.~~

~~Art. 12. O mandato do coordenador e dos demais membros da Comissão Coordenadora será de 3 (três) anos, com direito à reeleição, à exceção do representante estudantil, cujo mandato será de 1 (um) ano, sem direito à reeleição.~~

~~Art. 12. O mandato do coordenador e dos demais membros da Comissão Coordenadora será de 4 (quatro) anos, com direito a uma reeleição, à exceção do representante estudantil, cujo mandato será de 1 (um) ano, sem direito à reeleição. (Redação dada pela Resolução Consepe nº 17/2019, de 27/03/2019).~~

~~Parágrafo único. Caso um membro da Comissão Coordenadora peça desligamento ou se afaste antes do término de seu mandato, será eleito outro membro por seus pares, para concluir o mandato em vigência.~~

~~Art. 13. Os membros da Comissão Coordenadora serão eleitos em reunião do Colegiado do Programa, convocada e presidida pelo Coordenador do respectivo Programa, exceto o representante estudantil.~~

~~Art. 14. Haverá apenas uma Comissão Coordenadora para cada Programa, ainda que este esteja ministrado nos níveis de Mestrado e Doutorado.~~

~~Art. 15. Às atribuições da Comissão Coordenadora e/ou Coordenador e do Vice Coordenador, bem como do Colegiado, serão definidas e regidas pelo Regimento Interno dos Programas de Pós Graduação, observado o Art. 16 deste regimento.~~

~~Art. 16. São atribuições específicas do Coordenador de Programa de Pós Graduação:~~

~~I— convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora e do Colegiado do Programa;~~

~~II— assinar, quando necessário, processos ou documentos submetidos ao julgamento da Comissão Coordenadora e/ou Colegiado;~~

~~III— encaminhar os processos e as deliberações da Comissão Coordenadora e do Colegiado do Programa às autoridades competentes;~~

~~IV— promover entendimentos, com a finalidade de obter recursos humanos e materiais para suporte do desenvolvimento do Programa;~~

~~V— representar o Programa na Câmara Técnica de Pós Graduação Stricto Sensu, como membro nato;~~

~~VI — nomear os membros para constituição das bancas para defesa de dissertação ou de tese e para o exame de qualificação;~~

~~VII — coordenar as atividades pertinentes à avaliação do Programa pela CAPES; e~~

~~VIII — o credenciamento e o descredenciamento, bem como a classificação como professor permanente ou professor colaborador é atribuição do coordenador observado os critérios do Regimento Interno dos Programas de Pós-Graduação.~~

## **~~CAPÍTULO V~~**

### **~~DA ADMISSÃO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO~~**

~~**Art. 17.** Poderão ser admitidos nos Programas de Pós-Graduação os candidatos que tenham curso de nível superior, reconhecidos pelo Ministério da Educação — MEC.~~

~~§ 1º. Não serão admitidos candidatos que possuam tão somente cursos sequenciais. Por cursos sequenciais, entendem-se aqueles destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior e organizados para formar profissionais aptos a atender às necessidades e características dos mercados de trabalho regional e nacional.~~

~~§ 2º. Em se tratando de estudantes estrangeiros os mesmos deverão ter seus diplomas de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura — MEC ou por órgão equivalente do país de origem no ato da matrícula.~~

~~**Art. 18.** Para admissão no Doutorado, será exigido o título de Mestre ou produção científica equivalente a critério do Regimento Interno dos Programas de Pós-Graduação.~~

~~**Art. 19.** Para a inscrição, o candidato deverá apresentar os documentos previstos pelos editais de seleção.~~

~~**Art. 20.** A seleção será válida somente para matrícula no período letivo para o qual foi aprovado ou para o período subsequente, ouvida a Coordenação do Programa.~~

~~**Parágrafo único.** O discente deverá assinar um termo de ciência das demandas e exigências do programa. **(Incluído pela Resolução Consepe nº 17/2019, de 27/03/2019)**~~

~~**Art. 21.** As coordenações darão ciência, aos candidatos, do resultado do julgamento dos pedidos de inscrição.~~

## **~~CAPÍTULO VI~~**

### **~~DA MATRÍCULA~~**

~~**Art. 22.** Em cada período letivo, na época fixada pelo Calendário de Pós-Graduação, todo estudante deverá requerer a renovação de sua matrícula junto à secretaria do Programa.~~

~~§ 1º. Fica a renovação de matrícula permitida apenas aos estudantes que não tiverem pendências documentais junto ao Programa.~~

~~§ 2º. O estudante de programa *Stricto Sensu* não poderá matricular-se em outro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* ou em curso de graduação.~~

~~§ 2º. O estudante de programa *Stricto Sensu* não poderá matricular-se em outro Programa *Stricto Sensu*. (Redação dada pela Resolução Consepe nº 17/2019, de 27/03/2019)~~

~~§ 3º. O estudante de qualquer programa *Strictu Sensu* da UFT poderá realizar matrícula em disciplinas de outros programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no âmbito da UFT, desde que tenha a aprovação do seu orientador. A disciplina poderá ser aproveitada para a complementação dos créditos no seu programa de origem, desde que o aluno faça o requerimento de aproveitamento da disciplina.~~

~~Art. 23. Nos prazos previstos no Calendário de Pós-Graduação, o estudante que, por motivo de força maior, for obrigado a interromper seus estudos poderá solicitar o trancamento de sua matrícula junto à secretaria do Programa.~~

~~§ 1º. O trancamento terá validade por 1 (um) semestre letivo regular.~~

~~§ 2º. O trancamento de matrícula será concedido apenas 1 (uma) vez, e o semestre de trancamento será computado de acordo com o § 1º do Art. 3º deste Regimento.~~

~~§ 3º. O discente poderá realizar o trancamento de matrícula, no caso do mestrado, após um semestre letivo cursado, e no caso do doutorado com dois semestres cursados.~~

~~§ 4º. O trancamento de matrícula poderá ser realizado após o início da disciplina até o cumprimento de 20% da carga horária (após será reprovado).~~

~~§ 5º. O aluno que se afastar por motivos de saúde (com apresentação de laudo médico) acima de seis meses para mestrado e 12 meses para doutorado, poderá ser readmitido em outra turma, mediante nova seleção.~~

~~§ 6º. No caso de atestado médico de alunos bolsistas, poderá ocorrer a suspensão da bolsa no sistema da Capes, até seis (6) meses, no caso de doença grave que impeça o bolsista de participar das atividades do curso ou para parto e aleitamento.~~

~~I – A suspensão pelos motivos previstos neste artigo não será computada para efeito de duração da bolsa;~~

~~II – É vedada a substituição de bolsista durante a suspensão da bolsa. (Incluídos pela Resolução Consepe nº 17/2019, de 27/03/2019)~~

~~Art. 24. A falta de renovação de matrícula na época própria implicará abandono do Programa e desligamento automático, se, na data fixada no Calendário de Pós-Graduação, o discente não requerer à Coordenação do Programa o trancamento, que será válido para o semestre letivo respectivo e concedido apenas 1 (uma) vez.~~

~~Art. 25. O estudante poderá solicitar o cancelamento/trancamento de inscrição de uma ou mais disciplinas, obtida a autorização de seu orientador.~~

~~Parágrafo único. O cancelamento de inscrição só poderá ser concedido uma vez para cada disciplina.~~

~~Art. 26. As solicitações, acréscimo, substituição e cancelamento de inscrição em disciplinas deverão ser apresentados pelo estudante à Comissão Coordenadora e/ou Colegiado do Programa, dentro do prazo previsto, para cada caso, no Calendário da Pós-Graduação.~~

~~Parágrafo único. As secretarias dos Programas de Pós-Graduação deverão encaminhar à PROPESQ a lista de estudantes regularmente matriculados e a relação daqueles~~

~~(Revogada pela Resolução Consepe nº 84/2023, de 04.07.2023)~~



~~alunos que se encontram com a matrícula trancada em um prazo de até 10 (dez) dias após o término dos respectivos períodos, conforme o Calendário de Pós-Graduação.~~

## **CAPÍTULO VII DO REGIME DIDÁTICO**

~~Art. 27.~~ O ensino regular será organizado sob a forma de disciplinas, ministradas em preleções, seminários, estudos dirigidos, aulas práticas ou outros métodos didáticos.

~~Art. 28.~~ Os Seminários, Tópicos Especiais, Pesquisa e o Estágio em Docência poderão fazer parte do Programa como forma suplementar de ensino.

~~Parágrafo único.~~ Os Seminários deverão ser específicos para cada Programa.

~~Art. 29.~~ A unidade básica para avaliação da intensidade e duração das disciplinas é o crédito, equivalendo 1 (um) crédito a 15 (quinze) horas de preleção ou de aulas práticas.

~~Art. 30.~~ A verificação do aproveitamento nas disciplinas será feita a critério do professor. No caso específico da disciplina Estágio em Docência, a verificação de desempenho será feita pelo professor da disciplina em que o estudante executou as atividades programadas.

~~Art. 31.~~ O sistema de avaliação na disciplina será o de conceito, representado por letra, obedecida a seguinte equivalência de rendimento, conforme tabela abaixo:

NOTAS-CONCEITO	SÍMBOLOS	RENDIMENTO PERCENTUAL
Excelente	A	De 90 a 100 %
Bom	B	De 75 a 89 %
Regular	C	De 60 a 74 %
Reprovado	R	Abaixo de 60 %
Trancamento de matrícula	K	
Satisfatório	S	
Não satisfatório	N	

~~§ 1º.~~ Nas disciplinas de Estágio em Docência, o estudante poderá utilizar, no máximo, 3 (três) créditos, em cada semestre, para integralizar seu plano de estudo.

~~§ 2º.~~ A disciplina denominada Seminário conferirá, em cada nível, 1 (um) ou 2 (dois) créditos, a critério da Comissão Coordenadora do Programa.

~~§ 3º.~~ O conceito K (trancamento de matrícula) representa o efetivo trancamento de matrícula.

~~Art. 32.~~ As exigências que não conferem crédito ou não integralizam créditos previstos no Art. 60 ou no Art. 61 deste Regimento serão avaliadas por meio dos seguintes conceitos:

~~I – S – Satisfatório; e~~

~~II – N – Não Satisfatório.~~

~~Art. 33.~~ Ao término de cada período letivo, será calculado o coeficiente de rendimento, a partir da soma do número de créditos de cada disciplina, multiplicado pelos valores 3, 2, 1 e 0, atribuídos aos conceitos A, B, C e R, respectivamente, e dividido pelo número total de créditos das respectivas disciplinas.

~~§ 1º.~~ Para o cálculo do coeficiente de rendimento acumulado, o valor será representado com uma casa decimal, que será arredondada para o algarismo imediatamente superior, caso a segunda casa decimal seja igual ou superior a 5 (cinco).

~~§ 2º.~~ O coeficiente de rendimento é o resultado da divisão da soma dos pontos obtidos pela soma dos créditos das disciplinas cursadas em cada período e às quais tenham sido aplicados os conceitos A, B, C ou R.

~~§ 3º.~~ O coeficiente de rendimento acumulado é obtido em relação a todos os períodos cursados.

~~Art. 34.~~ Não serão utilizadas, na contagem de créditos exigidos no Programa, as disciplinas cujos conceitos forem R ou K.

~~Art. 35.~~ Será reprovado, para todos os efeitos previstos neste Regimento, o estudante que não alcançar frequência de, no mínimo, 75% nas atividades didáticas programadas.

~~Art. 36.~~ Será desligado do Programa o estudante que se enquadrar em uma ou mais das situações especificadas a seguir, exceto nos casos em que ele se matricular apenas em disciplinas que não entram no cômputo do coeficiente de rendimento:

I—obtiver, no seu primeiro período letivo, coeficiente de rendimento inferior a 1,3 (um vírgula três décimos);

II—obtiver, no seu segundo período letivo, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 1,7 (um vírgula sete décimos);

III—obtiver, no seu segundo período letivo, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 2,0 (dois vírgula zero), tendo completado o número mínimo de créditos exigidos pelo Programa;

IV—obtiver, no seu terceiro período letivo e nos subsequentes, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 2,0 (dois vírgula zero);

V—obtiver nota R (reprovação) em qualquer disciplina repetida, exceto no caso das disciplinas específicas para cumprimento das exigências de língua estrangeira;

VI—não efetuar a matrícula regularmente dentro do prazo estabelecido pelo programa;

VII—for reprovado pela segunda vez no exame de qualificação;

VIII—receber parecer de desempenho insatisfatório por parte do orientador, baseado no não cumprimento, não justificado, do plano de pesquisa e/ou trabalho; e

IX—não completar todos os requisitos do Programa no prazo estabelecido.

~~§ 1º.~~ O parecer especificado na alínea “h” deverá ser referendado pela Comissão Coordenadora do Programa e/ou pelo Colegiado do Programa.

~~§ 2º. O conceito "R" será computado no cálculo do coeficiente de rendimento enquanto outro conceito não for atribuído à disciplina repetida.~~

~~§ 3º. Em caso de alunos bolsistas, os mesmos ficarão sujeitos às regras de penalização das agências de fomento.~~

~~**Art. 36.** O desligamento de aluno será decidido pelo Colegiado do Programa na ocorrência de quaisquer dos seguintes motivos: **(Redação dada pela Resolução Consepe nº 17/2019, de 27/03/2019)**~~

~~I — não apresentar rendimento acadêmico satisfatório nas atividades acadêmicas cursadas, de acordo com as normas definidas no Regimento Interno do Programa;~~

~~II — não ter efetivado matrícula sem justificativas formais e procedentes, nos termos do artigo 30 deste Regimento;~~

~~III — ter sido reprovado por insuficiência de frequência em qualquer atividade acadêmica, ao longo do desenvolvimento do curso, caso não cumpra 75% da carga horária.~~

~~IV — não ter se submetido a exame de qualificação no prazo estipulado pelo Colegiado do Programa;~~

~~V — ter sido reprovado duas vezes no mesmo exame de Qualificação e nas condições previstas pelo Regimento Interno do Programa;~~

~~VI — ter praticado fraude nos trabalhos de verificação de aprendizagem ou no desenvolvimento da dissertação ou tese;~~

~~VII — ter ultrapassado o prazo máximo estipulado para a integralização no curso, descontado o período de trancamento, conforme disposto neste Regimento;~~

~~VIII — ter violado princípios éticos que regem o funcionamento do curso e as relações de convivência dentro do ambiente universitário, incluindo-se a omissão de informações, furto, burla de qualquer natureza, fraude ou outro motivo que desabone a conduta acadêmica e científica;~~

~~IX — ter causado perdas e danos ao patrimônio da Instituição;~~

~~X — receber parecer de desempenho insatisfatório por parte do orientador, baseado no não cumprimento, não justificado, do plano de pesquisa e/ou trabalho;~~

~~XI — caso o discente solicite duas vezes mudança de orientação sem motivos justificáveis, plausíveis e o Programa não tenha orientador para atendê-lo.~~

~~a) será também desligado do Programa o estudante que se enquadrar em uma ou mais das situações especificadas a seguir, exceto nos casos em que ele se matricular apenas em disciplinas que não entram no cômputo do coeficiente de rendimento;~~

~~b) obtiver, no seu primeiro período letivo, coeficiente de rendimento inferior a 1,3 (um vírgula três décimos);~~

~~c) obtiver, no seu segundo período letivo, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 1,7 (um vírgula sete décimos);~~

~~d) obtiver, no seu segundo período letivo, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 2,0 (dois vírgula zero), tendo completado o número mínimo de créditos exigidos pelo Programa;~~

~~e) obtiver, no seu terceiro período letivo e nos subsequentes, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 2,0 (dois vírgula zero);~~

~~f) obtiver nota R (reprovação) em qualquer disciplina repetida, exceto no caso das disciplinas específicas para cumprimento das exigências de língua estrangeira;~~  
~~g) não efetuar a matrícula regularmente dentro do prazo estabelecido pelo programa;~~  
~~h) não completar todos os requisitos do Programa no prazo estabelecido;~~  
~~i) o conceito "R" será computado no cálculo do coeficiente de rendimento, enquanto outro conceito não for atribuído à disciplina repetida;~~  
~~j) em caso de alunos bolsistas, os mesmos ficarão sujeitos às regras de penalização das agências de fomento.~~

~~§ 1º No caso do desligamento de que trata os incisos anteriores, o fato será comunicado pelo orientador e/ou coordenador ao Colegiado e registrado em ata de reunião. O discente será comunicado formalmente da decisão e terá 15 dias úteis para impetrar recurso. O Colegiado terá 15 dias para responder formalmente a impetração do recurso. O discente poderá recorrer aos órgãos superiores da Instituição.~~

~~§ 2º No caso do desligamento de que trata o parágrafo anterior, ou pelo desligamento por outros motivos, o fato será comunicado e registrado em ata de reunião do Colegiado e constará no Histórico Escolar do discente, após o que lhe será comunicado formalmente ao seu orientador, bem como ao órgão de controle acadêmico.~~

~~§ 3º O discente e o seu orientador deverão registrar ciência da decisão de desligamento em documento datado, valendo para este fim a ciência no documento encaminhado via email ou o Aviso de Recebimento (AR) de correspondência enviada pelo correio, com a devida especificação **(Incluídos pela Resolução Consepe nº 17/2019, de 27/03/2019)**~~

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA ORIENTAÇÃO DO ESTUDANTE**

~~**Art. 37.** A orientação didático pedagógica do estudante será exercida pelo orientador.~~

~~**Parágrafo único.** O orientador do estudante será indicado pela Comissão Coordenadora e/ou o Colegiado, observadas as disposições do Regimento Interno do Programa.~~

~~**Art. 38.** A pesquisa para elaboração da dissertação ou da tese será supervisionada individualmente pelo orientador.~~

~~**Art. 39.** Cabe, especificamente, ao orientador:~~

~~I—organizar o plano de estudo do estudante;~~

~~II—propor os nomes de co-orientadores, caso julgue necessário;~~

~~III—orientar a pesquisa, objeto da dissertação ou tese do estudante;~~

~~IV—convocar reuniões periódicas com o estudante;~~

~~V—aprovar o requerimento de renovação de matrícula, bem como os pedidos de substituição, cancelamento e inscrição em disciplinas e de trancamento de matrícula;~~

~~VI — presidir a Banca de Defesa de Dissertação ou Tese ou de Exame de Qualificação.~~

## **~~CAPÍTULO IX~~**

### **~~DA EXIGÊNCIA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA~~**

~~Art. 40.~~ Para satisfazer à exigência de língua estrangeira exigida pelo Programa, o estudante deverá atender o que determina o Regimento Interno do Programa ao qual se encontra vinculado.

## **~~CAPÍTULO X~~**

### **~~DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS~~**

~~Art. 41.~~ Poderão ser aproveitados créditos de disciplinas cursadas em outros programas de Pós Graduação, desde que compatíveis com o conteúdo do Programa ao qual o estudante estiver matriculado, a critério do orientador e da Comissão Coordenadora e/ou Colegiado do Programa.

~~Parágrafo único.~~ Não poderão ser aproveitados créditos obtidos em disciplinas de cursos *Lato Sensu*.

~~Art. 42.~~ A solicitação de aproveitamento de créditos deverá ser feita pelo estudante com a aprovação do orientador e da Comissão Coordenadora do Programa e/ou Colegiado.

~~Art. 43.~~ Apenas as disciplinas com conceitos A e B poderão ser aproveitadas para o cômputo do número mínimo de créditos exigidos.

~~Art. 44.~~ O aproveitamento de créditos de estudante não vinculado só poderá ocorrer se obtidos antes da matrícula como estudante regular.

~~Art. 45.~~ Para o caso de créditos aproveitados de Programa de outro nível, serão registradas no Histórico Escolar, no espaço destinado a "observações", as seguintes anotações:

~~I — total de créditos aproveitados;~~

~~II — nome e nível do Programa a que se referem os créditos;~~

~~III — referência à aprovação em "Exame de Língua" se for o caso.~~

~~Art. 46.~~ O aproveitamento de créditos obtidos como estudante não vinculado será transcrito no Histórico Escolar e entrará no cômputo do coeficiente de rendimento acadêmico.

## **~~CAPÍTULO XI~~**

### **~~DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO~~**

~~Art. 47.~~ Todo estudante candidato ao título de *Mestre* e/ou *Doutor* deverá submeter-se ao exame de qualificação.

~~**Parágrafo Único.** Os Programas de Pós-Graduação, segundo a especificidade de suas áreas de conhecimento, poderão prescindir do exame de qualificação, desde que conste em seus regimentos internos.~~

~~**Art. 48.** Somente poderá prestar exame de qualificação o estudante que integralizar todos os créditos previstos no Regimento Interno do Programa ao qual se encontra vinculado.~~

~~**Art. 49.** O pedido de exame de qualificação, aprovado pelo estudante e pelo orientador, será encaminhado ao coordenador do Programa, para apreciação e solicitação da banca examinadora.~~

~~**Art. 50.** A Banca Examinadora, composta de, no mínimo 03 (três) membros para Mestrado e 05 (cinco) membros para Doutorado, será constituída de portadores do título de doutor.~~

~~**Art. 51.** O presidente da Banca Examinadora e seus membros, propostos pelo Orientador, serão designados pelo coordenador do Programa.~~

~~**Parágrafo único.** Em caso de impedimento do orientador, a Comissão Coordenadora e/ou Colegiado do Programa indicará, com conhecimento do orientador, dentre os membros da Banca Examinadora, um substituto, que presidirá a banca.~~

~~**Art. 52.** Será considerado aprovado o estudante que obtiver a aprovação unânime dos membros da Banca Examinadora.~~

~~**Art. 53.** Ao estudante não aprovado no exame de qualificação será concedida mais uma oportunidade, decorrido um prazo máximo de 2 (dois) meses, a contar da data de sua realização.~~

## **CAPÍTULO XII**

### **DO PROJETO DE PESQUISA**

~~**Art. 54.** Todo estudante de pós-graduação deverá preparar, obrigatoriamente, um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de sua dissertação ou tese.~~

~~**Art. 55.** O projeto de pesquisa deverá ser elaborado sob a supervisão do orientador e aprovado pela Comissão Coordenadora e/ou Colegiado do Programa.~~

~~§ 1º. É de competência do orientador, quando for o caso, submeter o projeto de pesquisa ao comitê de Ética da UFT e Órgãos competentes.~~

~~§ 1º. É de competência do orientando, quando for o caso, submeter o projeto de pesquisa ao comitê de Ética da UFT e Órgãos competentes. (Redação dada pela Resolução Consepe nº 17/2019, de 27/03/2019)~~

~~§ 2º. As normas para a avaliação de projetos de pesquisa deverão ser elaboradas pela Comissão Coordenadora do Programa.~~

## **CAPÍTULO XIII**

### **DA DISSERTAÇÃO OU TESE**

~~**Art. 56.** Todo estudante de pós-graduação, candidato ao título de *Mestre* ou de *Doutor*, deverá preparar e defender uma dissertação ou tese, respectivamente, e nela ser aprovado.~~

~~§ 1º. A dissertação ou tese poderá ser redigida em português, inglês ou espanhol, e poderá ser feita na forma de artigo científico a critério da Comissão Coordenadora.~~

~~§ 2º. A forma, a linguagem e o conteúdo da dissertação ou tese são de responsabilidade do candidato e do orientador.~~

~~§ 3º. A dissertação ou tese, sob a supervisão do orientador, deverá basear-se em trabalho de pesquisa original que represente real contribuição ao conhecimento científico do tema.~~

~~§ 4º. Os resultados de pesquisa originados dos trabalhos de Mestrado ou de Doutorado estão sujeitos às leis vigentes e às normas ou resoluções relativas à propriedade intelectual vigente.~~

~~**Art. 57.** As Defesas de Dissertações e Teses podem ocorrer com a participação de membros externos e internos a distância, utilizando-se das tecnologias adequadas a esse fim.~~

~~§ 1º. No caso de participação a distância, o Programa de Pós-Graduação deve providenciar as condições necessárias para a realização da sessão, bem como zelar para que o andamento dos trabalhos ocorra sem interrupções que possa inviabilizar o processo de Defesa.~~

~~§ 2º. Se, em virtude de problemas técnicos, ocorrerem interrupções significativas no decorrer da Defesa, cabe ao Presidente da Banca decidir sobre a homologação do resultado, o cancelamento ou o adiamento.~~

~~§ 3º. A Defesa poderá ocorrer com mais de um participante a distância~~

~~§ 3º A Defesa de dissertações e teses, em casos excepcionais, poderão ocorrer com todos os membros (internos e externos), inclusive orientador(a) e orientando(a), a distância, com a anuência da coordenação de curso. A ata deverá ser homologada pelo colegiado e deverá conter uma justificativa plausível para a situação. **(Redação dada pela Resolução Consepe nº 03/2020, de 25/03/2020).**~~

~~§ 4º. No caso de participação à distância, o presidente da Banca, na condição de servidor público que goza de fé pública, poderá certificar que os membros que dela participaram a distância estão de acordo com o conteúdo do relatório de defesa no espaço reservado para tal.~~

~~§ 5º. O relatório de Defesa com essa certificação será homologado pelo Colegiado de Curso.~~

~~**Art. 58.** A dissertação será defendida perante uma banca de 3 (três) membros e a de tese perante uma banca composta por 5 (cinco) membros, portadores do título de doutor, sob a presidência do orientador.~~

~~§ 1º. A banca será designada com 03 (três) membros titulares e 1 (um) suplente para a defesa de dissertação e com 05 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes para a defesa de tese.~~

~~§ 2º. A solicitação da banca para defesa da dissertação ou tese só poderá ser feita com o assentimento expresso do orientador do estudante.~~

~~§ 3º. Dos membros da banca de dissertação e de tese, incluindo os titulares e os suplentes, pelo menos 1(um) para mestrado e 2 (dois) para doutorado, deverão ser externos ao Programa, sendo que para a banca de defesa de tese um dos titulares obrigatoriamente não poderá pertencer ao quadro de professores da UFT.~~

~~§ 4º. Designada a banca para a defesa da dissertação ou tese, deverá ser respeitado um prazo mínimo de 20 (vinte) dias para a defesa. Cabe ao orientador fixar a data, a hora e o local da defesa e informar aos membros da banca e ao estudante.~~

~~§ 5º. Será aprovado o candidato que obtiver a aprovação unânime dos membros da Banca.~~

~~§ 6º. O candidato que não obtiver a aprovação poderá submeter-se a mais uma defesa, respeitando-se um período mínimo estabelecido pelo programa.~~

~~Art. 59. Somente estará apto a submeter-se à defesa de dissertação ou de tese o estudante que tiver cumprido as seguintes condições:~~

~~I—ter cumprido todas as exigências estabelecidas neste Regimento;~~

~~II—ter cumprido as demais estabelecidas no Regimento Interno do seu Programa;~~

~~III—ter concluído todas as disciplinas exigidas pelo seu plano de estudos, e estar matriculado apenas na(s) disciplina(s) Pesquisa ou Seminário, ou equivalente.~~

~~Parágrafo único. Ao final do período letivo regular, o estudante que ainda tiver como atividade remanescente a defesa da dissertação ou tese deverá matricular-se na disciplina Pesquisa na próxima data de renovação de matrícula, estabelecida no Calendário da Pós-Graduação da Universidade Federal de Tocantins.~~

~~Art. 60. A versão final da dissertação ou tese, elaborada e aprovada conforme as instruções vigentes, e devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora, deverá ser entregue, na Secretária do Programa, após a data da defesa e observando-se os prazos estabelecidos pelo Programa. O não cumprimento dessa exigência implica na extinção do direito ao título.~~

~~Parágrafo Único. Enquanto não houver entregue a versão final da dissertação ou tese, o estudante não fará jus a nenhum tipo de documento declaratório de conclusão de curso, excetuando-se a Ata de Defesa.~~

## **CAPÍTULO XIV**

### **DO TÍTULO ACADÊMICO**

~~Art. 61. O título de *Mestre* será conferido ao estudante que:~~

~~I—atender todas as exigências previstas no Art. 59;~~

~~II—obter aprovação na defesa da Dissertação;~~



~~III— completar, no mínimo, 24 (vinte e quatro) créditos em disciplinas do Programa de Pós Graduação no qual estiver vinculado, de acordo com o disposto neste Regimento, com coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a 2 (dois) e 6 (seis) créditos referentes a outras atividades acadêmicas;~~

~~IV— atender às exigências de língua estrangeira;~~

~~V— atender aos requisitos da disciplina Seminário e/ou equivalentes;~~

~~VI— apresentar o texto da Dissertação e as respectivas cópias em versão final, devidamente aprovada.~~

**Art. 62.** O título de *Doutor* será conferido ao estudante que:

~~I— atender todas as exigências previstas no Art. 59;~~

~~II— obter aprovação na defesa da Tese;~~

~~III— completar, no mínimo, 48 (quarenta e oito) créditos em disciplinas do Programa de Pós Graduação no qual estiver vinculado, de acordo com o disposto neste Regimento, com coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a 2 (dois) e 6 (seis) créditos referentes a outras atividades acadêmicas;~~

~~IV— atender às exigências de língua estrangeira;~~

~~V— atender aos requisitos da disciplina Seminário e/ou equivalentes;~~

~~VI— apresentar o texto da Tese e as respectivas cópias em versão final, devidamente aprovada.~~

**Art. 62.** Além das exigências especificadas, a Câmara Técnica de Pós Graduação *Stricto Sensu* ou a Comissão Coordenadora e/ou Colegiado poderão estabelecer, para os Programas, outras exigências.

## **~~CAPÍTULO XV~~**

### **~~DA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ESPECIALIZAÇÃO~~**

### **~~PARA ESTUDANTE DE MESTRADO~~**

**Art. 63.** O estudante regular de Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal do Tocantins que houver cursado, no mínimo, 360 (trezentos e sessenta) horas de carga horária de disciplinas de nível de pós graduação poderá solicitar à Câmara Técnica de Pós Graduação *Stricto Sensu*, ouvida a Comissão Coordenadora e/ou Colegiado, o certificado de Especialização, desde que preencha todos os requisitos abaixo:

~~I— tenha interrompido o Programa de Pós Graduação;~~

~~II— tenha obtido nas disciplinas cursadas conceitos A, B ou C e coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a 1,7 (um vírgula sete);~~

~~III— não ter sido desligado, por motivos disciplinares, de Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Tocantins;~~

~~IV— comprovar aceite de artigo para publicação em revista com *qualis* na área do programa.~~

~~**Parágrafo Único.** O artigo substitui a exigência de entrega e de aprovação de trabalho de conclusão exigido nos cursos *lato sensu*.~~

~~**Art. 64.** O certificado expedido deverá conter o respectivo histórico escolar no qual constará:~~

- ~~I — relação das disciplinas cursadas, suas cargas horárias, e os conceitos obtidos;~~
- ~~II — duração total em horas; e~~
- ~~III — declaração de que o estudante cumpriu as exigências legais que regulamentam a matéria.~~

~~**Art. 65.** O certificado de Especialização referir-se-á à área de concentração do Programa de Pós-Graduação ao qual o estudante estava matriculado.~~

~~**Art. 66.** A coordenação de cada Programa poderá estabelecer exigências específicas, além das previstas neste Regimento.~~

### **TÍTULO III**

#### **DOS ESTUDANTES NÃO VINCULADOS**

~~**Art. 67.** O programa de Pós-Graduação poderá aceitar estudantes não vinculados com interesse em aperfeiçoar seus conhecimentos, sem, contudo, visarem à obtenção de um título de pós-graduação.~~

~~**Art. 68.** O período de inscrição encerrar-se-á 30 (trinta) dias antes da oferta da(s) disciplina(s) e deverá receber aprovação do coordenador de cada disciplina e do coordenador de curso à qual a disciplina estiver vinculada.~~

~~§ 1º. A inscrição será feita na secretaria do curso à qual a disciplina estiver vinculada e deverá obedecer aos critérios estabelecidos anteriormente.~~

~~§ 2º. O estudante não vinculado poderá matricular-se apenas em 01 (uma) disciplina por período regular, no máximo, 2 (dois) semestres letivos por programa.~~

~~§ 3º. Em caso de alunos oriundos de intercâmbios ou convênios não se aplica o quantitativo disposto no § 2º deste artigo.~~

~~**Art. 69.** A admissão do estudante não vinculado terá validade para um semestre letivo.~~

~~**Parágrafo Único.** A concessão de nova matrícula como estudante não vinculado estará condicionada à aprovação na(s) disciplina(s) cursada(s).~~

~~**Art. 70.** O estudante não vinculado poderá, respeitando-se as datas estabelecidas no Calendário Escolar, solicitar cancelamento de inscrição em disciplinas.~~

### **TÍTULO IV**

#### **DO ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL E ESTÁGIO DE PROFESSOR/PESQUISADOR VISITANTE**

~~Art. 71.~~ A Universidade Federal do Tocantins poderá receber pesquisadores portadores do título de Doutor para a realização de Estágio Pós-Doutoral ou de Estágio de Professor/Pesquisador Visitante.

~~Art. 72.~~ A realização de Estágio Pós-Doutoral ou de Estágio de Professor/Pesquisador Visitante tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na Universidade Federal do Tocantins e para a formação de pesquisadores vinculados a outras instituições de ensino e pesquisa.

~~Art. 73.~~ O Estágio Pós-Doutoral será realizado junto a um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Tocantins, sob a supervisão de um docente permanente do Programa.

~~Art. 74.~~ O Estágio de Professor/Pesquisador Visitante será realizado junto a um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Tocantins, em colaboração com um docente permanente do Programa.

~~Art. 75.~~ Ao pesquisador em Estágio Pós-Doutoral ou em Estágio de Professor/Pesquisador Visitante na UFT será assegurado o acesso às Bibliotecas da Instituição e à infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação receptor.

~~Art. 76.~~ As atividades desenvolvidas por Professores/Pesquisadores estagiários serão, sem exceção, de caráter voluntário, em conformidade com a Lei Federal n. 9.608/1998—Trabalho Voluntário, não cabendo à Universidade Federal do Tocantins, em qualquer hipótese, a admissão de vínculo empregatício ou a responsabilidade por remuneração, bem como a responsabilidade por indenizações reclamadas pelos estagiários por eventuais prejuízos decorrentes das atividades realizadas durante o Estágio.

## **CAPÍTULO XVI**

### **DA CANDIDATURA AO ESTÁGIO**

~~Art. 77.~~ O Professor interessado em realizar Estágio Pós-Doutoral ou Estágio de Professor/Pesquisador Visitante, sem remuneração, na Universidade Federal do Tocantins deverá apresentar proposta a um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*.

~~Art. 78.~~ Devem acompanhar a candidatura do Professor/Pesquisador, além de qualquer outro documento exigido pelo Programa de Pós-Graduação receptor, necessariamente:

I—Cópia de *curriculum lattes*;

II—Plano de Trabalho;

III—Termo de Compromisso e de Responsabilidade.

~~Art. 79.~~ Podem compor o Plano de Trabalho do estagiário: atividades de ensino, pesquisa, orientação e supervisão, observadas as normas institucionais e a legislação pertinente.

~~Art. 80.~~ O período mínimo para a realização de Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Tocantins será de 90 dias.

~~Art. 81.~~ O período mínimo para a realização de Estágio de Professor/Pesquisador Visitante na Universidade Federal do Tocantins será de 15 dias.

~~Art. 82.~~ Ficará a critério do Programa de Pós-Graduação receptor definir o período máximo para o Estágio Pós-Doutoral ou para o Estágio de Professor/Pesquisador Visitante, bem como o número máximo de pesquisadores em Estágio.

## ~~CAPÍTULO XVII~~ ~~DA APROVAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO~~

~~Art. 83.~~ A aprovação de um pesquisador para a realização de Estágio Pós-Doutoral ou Estágio de Professor/Pesquisador Visitante será realizada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação receptor, respeitado o processo definido pelo mesmo Colegiado.

## ~~CAPÍTULO XVIII~~ ~~DA CERTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO~~

~~Art. 84.~~ A Universidade Federal do Tocantins emitirá Certificado de Estágio Pós-Doutoral ou Certificado de Estágio de Professor/Pesquisador Visitante, com base em processo instruído pelo Programa de Pós-Graduação receptor e avaliado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEQG).

~~Art. 85.~~ Devem compor o processo de solicitação de Certificado ao Professor/Pesquisador estagiário, os seguintes documentos:

~~I—o Plano de Trabalho;~~

~~II—o Relatório Final de Atividades;~~

~~III—ata de aprovação do Relatório Final de Atividades pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação.~~

~~Parágrafo único.~~ A Propesq terá o prazo de 30 dias para emissão do certificado.

~~Art. 86.~~ A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação registrará os Certificados em livro próprio e os encaminhará para assinatura pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação receptor.

~~Art. 87.~~ O Programa de Pós-Graduação receptor emitirá uma declaração de supervisão de Estágio Pós-Doutoral ao docente permanente que tiver supervisionado o estagiário.

## ~~TÍTULO V~~ ~~DO CREDENCIAMENTO DE PROFESSORES E TÉCNICOS~~

~~Art. 88.~~ O credenciamento e o descredenciamento no exercício de atividades de Pós-Graduação far-se-á sumariamente para o professor do magistério superior portador do título de doutor, e obedecerá aos critérios estabelecidos no Regimento Interno do Programa.

~~§ 1º. Entende-se por atividade de Pós-Graduação o ensino, a pesquisa, a co-orientação e a orientação.~~

~~§ 2º. A orientação de estudante de doutorado requer experiência acadêmica como orientador de estudante de mestrado, com dissertação aprovada ou, pelo menos, 3 (três) artigos resultantes de pesquisa, que não sejam de sua tese de doutorado ou de sua dissertação de mestrado, publicados em revista científica com corpo editorial e indexada.~~

~~Art. 89. O credenciamento à função de orientador será especificamente para o Programa, mediante indicação da respectiva Comissão Coordenadora.~~

~~Parágrafo único. Professor orientador de Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Tocantins poderá ser convidado por outra coordenação para atuar como co-orientador ou orientador.~~

~~Art. 90. Professores que não atuam no magistério superior e os técnicos da Universidade Federal de Tocantins, portadores de título de doutor, poderão ser credenciados como co-orientadores e orientadores a critério dos Programas.~~

~~Art. 91. O credenciamento de pesquisador ou docente de outras instituições, desde que seja portador do título de doutor, far-se-á para co-orientador ou orientador de estudantes específicos de mestrado e doutorado.~~

~~Parágrafo único. O credenciamento de professores/pesquisadores externos à Universidade Federal de Tocantins não implicará vínculo empregatício ou de qualquer natureza com a Universidade, nem acarretará alguma responsabilidade por parte desta.~~

## **TÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

~~Art. 92. As disposições constantes neste Regimento de Pós-Graduação poderão ser modificadas pelos órgãos competentes, quando necessário, mesmo durante o ano letivo.~~

~~Art. 93. Os casos omissos nessa Resolução serão analisados e avaliados pela Câmara Técnica da Pós-Graduação *stricto sensu*.~~

~~Art. 94. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.~~

Palmas TO, 14 de março de 2018.

## COEFICIENTE DE RENDIMENTO

~~1. COEFICIENTE DE RENDIMENTO (CR) é o resultado da divisão da soma dos pontos obtidos no período pela soma dos créditos das disciplinas nas quais se encontra inscrito o aluno. Exemplifica-se:~~

### ~~Cálculo do Coeficiente de Rendimento~~

Disciplinas	Créditos	Conceitos	Valores	Pontos
CTP-710	4	E	1	4
CTP-600	3	B	2	6
CTP-602	3	R	0	0
CTP-634	4	E	1	4
CTP-671	3	A	3	9
Soma	17	-	-	23

~~\_\_\_\_\_ Coeficiente de Rendimento (CR)  $23:17 = 1,4$~~

~~2. COEFICIENTE DE RENDIMENTO ACUMULADO é o resultado, desde o primeiro período regular do aluno, da divisão da soma de todos os pontos já obtidos pela soma de todos os créditos das disciplinas em que se matriculou efetivamente.~~

**~~ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DO ESTÁGIO  
PÓS-DOCTORAL E DO ESTÁGIO DE PROFESSOR/PESQUISADOR VISITANTE~~**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_\_ me  
comprometo em realizar as atividades propostas no plano de trabalho de Estágio Pós-Doutoral  
ou Estágio de Professor/Pesquisador Visitante junto ao Programa de Pós-Graduação em  
\_\_\_\_\_,  
supervisionado \_\_\_\_\_ por  
\_\_\_\_\_, (nome do  
supervisor), na \_\_\_\_\_ Área \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ Concentração  
\_\_\_\_\_, Linha de Pesquisa  
\_\_\_\_\_, do período  
de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_. Desenvolverei o projeto de pesquisa  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ e proponho-me a desenvolver atividades  
de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (pesquisa, docência e/ou extensão) junto ao programa, bem como apresentar relatório  
de atividades no final do Pós-Doutorado.

Tenho ciência das exigências da normativa XX/2017, segundo a qual as atividades  
desenvolvidas pelo Pós-Doutorando ou Professor/Pesquisador visitante são, sem exceção, de  
caráter voluntário, em conformidade com a Lei Federal n. 9.608/1998 – Trabalho Voluntário,  
não cabendo à Universidade Federal do Tocantins, em qualquer hipótese, a admissão de vínculo  
empregatício ou a responsabilidade por remuneração, bem como a responsabilidade por  
indenizações reclamadas pelos estagiários por eventuais prejuízos decorrentes das atividades  
realizadas durante o Estágio.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato(a)